



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**

**CAMPUS CHAPECÓ**

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**FERNANDA FRANZ WILLERS**

**O SIGNO IDEOLÓGICO NAS DISPUTAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

**CHAPECÓ**

**2019**

**FERNANDA FRANZ WILLERS**

**O SIGNO IDEOLÓGICO NAS DISPUTAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Orientadora: Ana Beatriz Ferreira Dias

Co-orientadora: Dra. Camila Caracelli Scherma

**CHAPECÓ**

**2019**

**FERNANDA FRANZ WILLERS**

**O SIGNO IDEOLÓGICO NAS DISPUTAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Beatriz Ferreira Dias

---

Profa. Ms. Camila Soares dos Santos

---

Profa. Ms. Elise de Moraes

# OS DISCURSOS DOS MOVIMENTOS ESCOLA SEM PARTIDO E TODOS PELA EDUCAÇÃO: O SIGNO IDEOLÓGICO NAS DISPUTAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Fernanda Franz Willers  
Ana Beatriz Ferreira Dias  
Camila Caracelli Scherma

## **Resumo:**

Este artigo se propõe a buscar compreensões sobre as disputas sógnicas na esfera educacional no cronotopo contemporâneo, sob o prisma da perspectiva bakhtiniana. Para tanto, os dados empíricos são os discursos de dois movimentos: o movimento *Todos Pela Educação* e o movimento *Escola Sem Partido*, sendo considerados os seguintes pontos: 1) o cronotopo que deu origem a esses movimentos e o percurso histórico; 2) os signos ideológicos que emergem e constituem os discursos de cada movimento; 3) o entrecruzamento desses discursos, sempre procurando as compreensões sógnicas que refletem e refratam a ideologia do cotidiano. Para fins de análise, utilizamos textos e documentos publicados nos sites dos dois movimentos. Demos atenção especial aos discursos em que os princípios fundamentais sustentados por ambos movimentos se fazem mais presentes. A conclusão que chegamos é a seguinte: embora busquem articular um discurso pretensamente neutro acerca da educação, é possível distinguir o movimento Todos Pela Educação e o movimento Escola Sem Partido como sendo, respectivamente, movimentos de caráter conservador e reacionário.

**Palavras-chave:** ESCOLA SEM PARTIDO, TODOS PELA EDUCAÇÃO, DISCURSO, EDUCAÇÃO

## **INTRODUÇÃO**

*Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna do signo não se*

*revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária.*

(BAKHTIN, 2014, p. 48)

A ambivalência da palavra, a qual Bakhtin se refere ao citar Jano, é um dos problemas fundamentais do tempo contemporâneo, onde distintos grupos políticos disputam e exercem influência sobre as pautas educacionais, utilizando-se de signos ideológicos, tais como “doutrinação”, “ideologia”, “gênero”, “qualidade”, “produtividade”, etc., que carregam em si índices sociais de valores contraditórios e produzem sentidos de verdade-mentira, crítica-elogio nos discursos oficiais e nas relações da esfera cotidiana.

Para Bakhtin e o Círculo<sup>1</sup>:

Nas condições habituais de vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia (BAKHTIN, 2014, p. 48).

Tudo que é ideológico possui valor semiótico, portanto, tudo que é ideológico é, também, signo.

A polarização do cenário político tornou-se mais perceptível, especialmente a partir da eleição presidencial de 2018, quando se defrontaram, nessa disputa, dois projetos políticos profundamente divergentes, saindo vitorioso o projeto da nova direita<sup>2</sup>. O período atual tem sido marcado, assim, por uma intensa crise política e institucional em nosso país e a educação pública tem se transformado em um dos objetos centrais das disputas políticas em curso.

Nesse contexto, dois movimentos da sociedade civil vem ganhando destaque no contexto educacional, são eles o movimento *Escola Sem Partido* e o movimento *Todos Pela Educação*. Ambos estão intervindo - ou pelo menos tentando - nas políticas educacionais através de discursos e iniciativas políticas que penetram e se incorporam às comunicações e às práticas cotidianas.

---

<sup>1</sup> O círculo de Bakhtin se constituiu como um grupo de amigos e de intelectuais que tinham interesses filosóficos em comum e se reuniam para discutir sobre textos. Segundo Ponzio (2016, p. 11): “trata-se essencialmente de uma associação, de uma intensa e estreita colaboração. ‘Círculo’, portanto, é usado no sentido de que ali a palavra circulava livremente”.

<sup>2</sup> De acordo com Freitas (2018, p. 13): “Apesar da origem deste movimento ser, na sua prática política, híbrida, remonta ao nascimento de uma ‘nova direita’ que procura combinar o *liberalismo econômico* (neoliberal, no sentido de ser uma retomada do liberalismo clássico do século XIX) com *autoritarismo social*”.

O movimento *Escola Sem Partido* foi criado no ano de 2004, pelo desembargador Miguel Nagib e, em seu site [escolasempartido.org](http://escolasempartido.org), se afirma como “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. O movimento *Todos Pela Educação* teve a sua fundação no ano de 2006 e é uma “organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária”, segundo a sua plataforma de comunicação na internet [todospelaeducacao.org.br](http://todospelaeducacao.org.br).

A perspectiva discursiva assumida por esses dois movimentos possui interesses de classe que são mascarados por palavras que permeiam esse período histórico como um sentido único, ou seja, as classes dominantes tentam ocultar as tensões da relação entre si ao falar, propor e movimentar a agenda educacional, e a classe trabalhadora para quem a escola pública se destina, tornando o discurso monológico, assim

A ideologia de classe entra para o interior (por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras) de qualquer construção verbal que se realiza não só com o conteúdo, mas expressa com a própria forma a *relação* existente do falante com o mundo e os homens, a *relação* com aquela situação específica e com aquele auditório específico (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 190).

Auditório específico é a quem o discurso se destina, já que cada enunciado presume a existência não apenas de um falante, como também de, pelo menos, um ouvinte, ainda que esses ouvintes não sejam pessoas específicas e conhecidas de quem fala: “a classe dominante procura dar ao signo ideológico um caráter superclassista, eterno, procura restringir e apagar do interior da palavra a luta das relações sociais, de fazê-la expressão de um ponto de vista único, fixo e imutável” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 200). Então, qualquer palavra dita ou pensada não é apenas um ponto de vista, mas um ponto de vista avaliativo. A linguagem permeia todas as relações da vida humana e reflete na ideologia do cotidiano<sup>3</sup> os valores sociológicos de cada época.

---

<sup>3</sup> De acordo com BAKHTIN (2014, p. 123): “A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência. Considerando a natureza sociológica da estrutura da expressão e da atividade mental, podemos dizer que a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de “psicologia social”. Nesse contexto particular, preferimos evitar o termo “psicologia”, pois importa-nos apenas o conteúdo do psiquismo e da consciência; ora, esse conteúdo é totalmente ideológico, sendo determinado por fatores não individuais e orgânicos (biológicos, fisiológicos), mas puramente sociológicos. O fator individual-orgânico não é pertinente para a compreensão das forças criadoras e vivas essenciais do conteúdo da consciência”

Os discursos dos movimentos que aqui estão sendo estudados possuem centros de valores distintos. O movimento *Todos pela Educação* afirma que o seu “propósito é melhorar o Brasil, impulsionando a qualidade e a equidade da Educação Básica no País”. O movimento *Escola Sem Partido* se apresenta como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Na forma que esses movimentos se apresentam para a sociedade, já é possível identificar signos ideológicos que, quando em relação, conseguem dar a dimensão do que a esfera educacional tem vivenciado em torno das disputas políticas dessas duas organizações da sociedade civil no cronotopo contemporâneo.

As disputas contemporâneas na esfera educacional tem esses dois movimentos da sociedade civil como protagonistas dos discursos que tensionam e agitam os processos políticos e as decisões governamentais. A pauta educacional, a partir dessas primeiras considerações, traz a evidência de que quem promove os grandes temas são organizações que representam interesses de classe, ainda que não se apresentem desta maneira e prefiram utilizar o discurso do suprapartidarismo e/ou do movimento não-ideológico.

As forças políticas que se inscrevem nos discursos dos movimentos analisados nesse trabalho de conclusão de curso são de duas naturezas, conservadora e reacionária. De acordo com Machado (2018, pp. 96-97), caracterizam-se como conservadores os movimentos que defendem a “meritocracia”, a “moralidade política”, o “mercado”, o “legalismo burguês (judiciário)”, a propriedade privada etc. Já os movimentos reacionários seriam aqueles que tendencialmente apóiam “governos ditatoriais/autoritários”, a “monarquia”, o “racismo”, a “homofobia”, a “transfobia”, a “xenofobia” etc. Ambos possuem suas determinações indicativas das estruturas econômica, política e ideológica vinculadas à “nova pequena burguesia, produtora simples de mercadoria, média burguesia e grupos sociais intermediários”. As diferenças encontram-se nos padrões enunciativos que operacionalizam os centros de valores de cada movimento, como veremos no decorrer deste texto. Por outro lado, observamos também que, quando colocadas em diálogo as vozes desses agentes da sociedade civil, há certa convergência de resultados entre ambos.

Diante dessa leitura e com o suporte da perspectiva teórica e metodológica bakhtiniana que tem como objeto o estudo do signo linguístico, buscamos no entrecruzamento de vozes os sentidos que refletem e refratam a realidade da educação brasileira para compreender as disputas ideológicas no interior dos signos ideológicos que pautam a disputa educacional

contemporânea na continuidade do processo dialético de evolução entre a infra-estrutura e as superestruturas, na mesma base material: a palavra.

Para compreender como esses embates se constituem na via discursiva, como se engendram os índices sociais de valor de uma certa sociedade em uma certa época e de como essa valoração expressa, no interior de signos ideológicos, a realidade em transformação, elegemos centros valorativos que fazem parte dos princípios e que os organizam, ou seja, elegemos palavras que adquiriram a função de signo ideológico e que constituem a base de todos os discursos dos movimentos aqui estudados.

## **O CRONOTOPO: ONDE NASCEM OS MOVIMENTOS**

Bakhtin e o Círculo desenvolveram o conceito de cronotopia e o pensaram como uma categoria de compreensão no qual a possibilidade de entender os sentidos está estabelecida entre sujeitos e o tempo-espaço, por isso

o principal nisto tudo é o entrelaçamento do que é histórico, social e público com o que é particular e até mesmo puramente privado, de alcova; a associação da intriga pessoal e íntima com a intriga política e financeira, do segredo de Estado com o segredo da alcova, da série histórica com a série biográfica e de costumes. Lá estão condensados, concentrados os signos patentes e visíveis tanto do tempo histórico, como também do tempo biográfico e cotidiano, e, simultaneamente, eles estão unidos na imagem mais densa, fundidos nos signos unitários da época, que se torna concreta e tematicamente visível (BAKHTIN, 1998, pp. 352-353)

No presente trabalho, o conceito de cronotopia tem grande importância para dar evidência de como os signos ideológicos que definem um período histórico são constituídos por todas as esferas da comunicação humana, sendo interiorizados subjetivamente a partir do seu lugar no cronotopo. Nessa perspectiva,

*A realidade objetiva histórica e natural torna-se tema de nossas palavras enquanto signos ideológicos. A palavra, como qualquer signo ideológico, não reflete simplesmente a realidade, mas a interpreta o intercâmbio comunicativo social vivo, a interação verbal viva. Isto ocorre porque as relações de classe, refratado-se as palavras, impõem-lhe certo sombreamento do significado, incluído ela certo ponto de vista e dando-lhe certa avaliação. Com isso, as relações de classe entram na enunciação inteira como um fator, uma força objetiva com influência determinante sobre sua estrutura estilística (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 200, em itálico no original)*

O movimento *Escola Sem Partido* e o movimento *Todos Pela Educação* surgem em um intervalo de tempo de apenas dois anos, nascendo como resposta ao cronotopo que se



iniciou a partir de 2003 com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da República, que é marcado como um período de tensões entre mudanças e continuidades em relação ao cronotopo anterior.

Se a Constituição Federal de 1988, que resultou de um processo de lutas de caráter democratizante no Brasil, conferiu à educação o *status* de direito social, os governos brasileiros nos anos 1990, que transitaram (ao) e consolidaram o neoliberalismo no país, trataram de neutralizar ou reduzir politicamente o escopo de tal *status*, transferindo as responsabilidades sociais pela educação a entidades da sociedade civil e a organizações de caráter privado, assim

A década de 1990, não sem resistências, foi de profunda regressão no plano dos direitos sociais e subjetivos. Transitou-se da ditadura civil-militar para a ditadura do mercado. Essa regressão conduz à conclusão de que o capital se expande na consecução de seus objetivos, tanto com a ditadura quanto com a democracia restrita e pelo alto (FRIGOTTO, 2006, p. 44).

No artigo publicado em 2004, “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”, Evelina Dagnino discute a disputa política entre dois projetos políticos distintos, o projeto neoliberal e o projeto democratizante, destacando os deslocamentos de sentido que tal disputa opera em três noções: sociedade civil, participação e cidadania e, como essas disputas de sentidos agem sobre a democracia, influenciando os embates políticos sobre significados para referências aparentemente comuns.

Essa disputa é compreendida pela autora como uma crise discursiva que

resulta de uma *confluência perversa* entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático (DAGNINO, 2004, p. 140)

De acordo com a autora, ainda que opostos e em contradição, tais projetos, neoliberal e democratizante, reivindicam uma “sociedade civil ativa e propositiva” e, nesse sentido

... a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. Nesse obscurecimento se constroem sub-repticiamente os canais por onde avançam as concepções neoliberais, que passam a ocupar terrenos insuspeitados. Nessa disputa, na qual os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, a prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí, a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil (DAGNINO, 2004, p. 143)

Aquilo que Dagnino sinaliza como uma crise discursiva, na perspectiva bakhtiniana, é luta de classes em processo. Isso se deve ao fato de que as diferentes classes sociais servem-se de uma só e mesma língua, assim, a luta de classes se desenvolve no confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja, ela acontece primeiro na arena discursiva, pois, “...a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” (BAKHTIN, 2014, p. 42). Assim, a palavra é um elemento vivo que reflete e refrata a realidade em transformação.

A opção dos governos petistas de dar continuidade às parcerias público e privado estabelecidas nos governos de Cardoso para o âmbito da política educacional,<sup>4</sup> “penetrando nas instituições educativas públicas e na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização” (FRIGOTTO, 2011, p. 242), abriu precedentes para que a elite empresarial ampliasse seu interesse pelo campo educacional, assim

o movimento dos empresários em torno do *Compromisso Todos pela Educação* e sua adesão ao PDE, contrastada com a história de resistência ativa de seus aparelhos de hegemonia e de seus intelectuais contra as teses da educação pública, gratuita, universal, laica e unitária, revela, a um tempo, o caráter cínico do movimento e a disputa ativa pela hegemonia do pensamento educacional mercantil no seio das escolas públicas (FRIGOTTO, 2011, p. 245).

O cronotopo que marca o nascimento do movimento *Todos Pela Educação* e o movimento *Escola Sem Partido*, também se materializa nas formas discursivas por meio de reivindicações, propostas e ações responsivas que os movimentos utilizam para interpelar e influenciar as políticas educacionais. Nas duas seções seguintes, serão abordados os discursos desses movimentos a partir dos signos ideológicos que deles emergem e que por eles são constituídos, para que em seguida seja observado o entrecruzamento dessas vozes.

---

<sup>4</sup> Analisando os mandatos de Cardoso, Neves (2004, pp. 2-3) faz os seguintes apontamentos: “...se responsabilizaram, prioritariamente, por reestruturar o Estado nas suas funções **econômicas e político-ideológicas**. De produtor direto de bens e serviços, o Estado passa a coordenador de iniciativas privadas, tanto na área econômica como na área social. A privatização se impõe como a principal política estatal. Na área social, a privatização é complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização. Através de novos e antigos parceiros refuncionalizados, o Estado brasileiro passa a desenvolver uma certa **radicalização da democracia** com vistas a desenvolver uma nova cidadania, fundada na ‘responsabilidade social’, ou seja, na aceitação das desigualdades sociais como naturais, da desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção do trabalho e no associativismo prestador de serviços sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de direitos sociais da década anterior. A sociedade civil passa a ser concebida como espaço de ajuda mútua, onde diferentes parceiros contribuem para o bem-estar social”.

## O DISCURSO DO MOVIMENTO *TODOS PELA EDUCAÇÃO*

O movimento *Todos pela Educação*, criado pela elite empresarial brasileira, busca na educação um projeto hegemônico para a nação do país, como afirma a pesquisadora Érika Martins (2013, p. 154):

... a forma como o TPE [Todos Pela Educação] foi estruturado - a partir de um pacto entre iniciativa privada, terceiro setor e governos - contribui para a ocultação dos conflitos entre classes, e frações de classe, tornando mais complexa a compreensão da realidade, sobretudo no que se refere aos tênues limites entre o público e o privado - de modo a tornar também menos nítida a distinção entre os direitos sociais e os direitos individuais. As propostas desse grupo contribuem para sustentar a possibilidade de aliar práticas de mercado à justiça social, integrando e promovendo pactos por supostos interesses comuns entre as classes sociais.

Na articulação proposta pelo movimento *Todos pela Educação* direcionada ao Estado, a corresponsabilidade pela educação engloba vários setores da sociedade, como as empresas, a comunidade escolar, a classe docente - aqui não apenas exercendo a docência, mas sendo corresponsável por uma série de atribuições exteriores à própria profissão: “O que há de novo nesse movimento é o objetivo de ‘educar’ a sociedade, notadamente os pais, para exercerem o controle e a fiscalização sobre as ações da escola e do Estado” (SHIROMA *et al.*, 2011, p.242), e o de que o Estado seja apenas um financiador da educação básica, mas que todas questões pedagógicas, de gerência de recursos, de governança das escolas sejam organizadas e controladas pelo terceiro setor, assim:

Diferentemente dos movimentos da década de 1990 em que se defendia a adoção de mecanismos de “quase-mercado” na educação (privatização, escolha das escolas pelos pais, focalização apenas nas séries iniciais), agora, nos anos 2000, o papel do Estado é repostado como principal provedor da educação (SHIROMA *et al.*, 2011, p. 241).

O discurso do movimento *Todos pela Educação* envolve a crítica sobre a ineficiência da gestão dos recursos públicos destinados à educação básica ao mesmo tempo que tensiona para que os valores de investimento sejam maiores, e organiza uma série de propostas sobre como esses recursos deveriam ser empregados para que “um salto de qualidade” aconteça na

educação brasileira. O Estado é visto como um financiador e operacionalizador do projeto de nação concebido pelo movimento *Todos pela Educação*.

O ministro Haddad batizou o principal plano de ação na área educacional do governo Lula da Silva, o *Plano de Desenvolvimento da Educação* [PDE] (...), com o nome do movimento: Compromisso Todos pela Educação. A leitura da Exposição de Motivos do *Plano* comprova que não se trata apenas de um ato simbólico, pois lá se afirma que as iniciativas previstas no PDE objetivam implementar as metas do TPE [Todos pela Educação]. Em outros termos, a principal medida educacional dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff é a agenda do TPE (EVANGELISTA, LEHER, 2012, p. 6)

Assim, ao longo dos governos petistas, foi se estabelecendo uma articulação entre o governo e o movimento *Todos Pela Educação*, transformando progressivamente a plataforma política deste movimento em orientação fundamental da política educacional. Como observa Saviani (2007, p. 1243):

Com a ascensão do PT ao poder federal, sua tendência majoritária realizou um movimento de aproximação com o empresariado, ocorrendo certo distanciamento de suas bases originárias. Talvez isso explique, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com a referida parcela da sociedade e não com os movimentos dos educadores.

Quais seriam as implicações desta aproximação para o conteúdo da política educacional? De acordo com Freitas (2018, pp. 44-45):

Tendo como intencionalidade última produzir a melhoria da qualidade da educação por meio da concorrência entre escolas e entre professores *em um livre mercado*, desenvolveu um “conceito de qualidade da educação” que implica o afastamento do governo da gestão da educação (ainda que não de seu financiamento), como forma de permitir a operação da livre iniciativa educacional dentro das regras do mercado (e não dos governos). É surpreendente que se tenha justificado essa abordagem como a afirmação de que ela diminuiria a segregação escolar, quando o fato de se lançar a educação (escolas, professores e estudantes) em uma espécie de “darwinismo social” somente poderia, como aconteceu, vir a agravar os processos de segregação - produto da própria concepção meritocrática que está na base do neoliberalismo.

A própria de noção de qualidade passa ser colocada em lugar de destaque no atual *slogan* do movimento: “QUEREMOS UM PAÍS MELHOR! COMO? COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS”. Esse enunciado encontra-se logo na página inicial do movimento na Internet e articula a concepção de país melhor à educação de qualidade, assim, converte-se o signo ideológico qualidade “em uma palavra de ordem mobilizadora, em um

grito de guerra em torno do qual se devem juntar todos os esforços” (ENGUIITA, 2012, p. 95).

Por isso,

A qualidade se converte assim numa meta compartilhada, no que todos dizem buscar. Inclusive aqueles que se sentem desconfortáveis com o termo não podem se livrar dele, vendo-se obrigados a empregá-lo para coroar suas propostas, sejam lá quais forem. Qualquer proposição relativa a conservar, melhorar ou mudar isto ou aquilo, não importa o que seja, deve explicar-se em termos de qualidade. Da mesma forma que, em campos mais amplos, as medidas políticas devem ser justificadas em virtude da democracia (ou do socialismo, conforme o país) e as econômicas em função do controle de preços ou do aumento do emprego, mesmo no caso em que conduzam, respectivamente, à restrição das liberdades ou da soberania popular ou do aumento da inflação e do número de desempregados. De um simples termo ou expressão, transforma-se assim no eixo de um discurso fora do qual não é possível o diálogo, porque os interlocutores não se reconhecem como tais senão através de uma linguagem comum (ENGUIITA, 2012, p. 95).

O discurso em defesa de uma educação de qualidade não encontra opositores, não há ninguém que defenda publicamente a desqualificação da educação, agora, os sentidos e significados pelo que se compreende como educação de qualidade, como se operacionaliza através de políticas educacionais, ações pedagógicas, gestão escolar, formação docente, sim. A forma com que o movimento *Todos Pela Educação* se organiza enquanto proponente de mudanças na esfera educacional e a forma com que isso é transposto discursivamente é propositalmente articulado a fim de que pareça uma iniciativa que atenda a todos indistintamente. Tanto o termo “todos” que dá nome ao movimento, como o nós presente no enunciado “queremos um país melhor!”, abrigam a ideia de um interesse supostamente universal que, no entanto, é enunciado por uma entidade financiada por empresários. A ideia do “nós” como sinônimo de empresariado desaparece ou é oculta no discurso para justamente transformar o interesse particular em interesse universal, de todos, e, com isso, fundar a hegemonia ideológica dos agentes financiadores do movimento *Todos Pela Educação*.

O depoimento da presidente-executiva do *Todos Pela Educação* sobre as motivações que a levou a ter a iniciativa de fundar o movimento coloca em evidência quais os agentes que constituem esse “nós” que acabamos de nos referir:

Priscila Cruz explica que o TPE surgiu inspirado em uma colocação feita pela Maria do Pilar, então presidente da UNDIME [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação], no evento da assinatura da parceria entre o Instituto Faça Parte, o programa Amigos da Escola da Rede Globo, o CONSED e a UNDIME. Maria do Pilar disse que o Brasil precisaria definir a “Educação de que precisamos para o país

que queremos”. Foi a partir daí que Priscila, que era coordenadora do Faça Parte, começou a estudar o investimento social privado em Educação, os tratados internacionais que o Brasil havia assinado, o PNE, entre outros, para montar uma matriz. Com esta matriz, “acharam muitas coincidências e, mesmo assim, viram que as pessoas não estavam trabalhando juntas, ficando ainda mais clara a necessidade de articulação” (SIMIELLI, 2008, p. 145)

Por isso, quando o movimento se autodeclara como “uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária”, ele segue na mesma perspectiva de anulação das disputas de classe, como se o projeto educacional defendido pelo movimento *Todos Pela Educação* fosse um projeto consensual de toda a sociedade, como observado acima, já que em seu interior encontram-se indivíduos envolvidos com diferentes ideologias.

A ideia do caráter “plural” e “suprapartidário” do movimento *Todos Pela Educação* é reforçada no Relatório de Atividades, publicado por esta entidade em 2018, no qual é possível destacar a seguinte passagem:

o **Educação Já!**, [é] uma iniciativa cocriada com um grupo de 60 especialistas e instituições da área educacional. A partir de uma leitura criteriosa do cenário educacional brasileiro, seus desafios históricos e oportunidades, o esforço – concretizado por meio de um documento publicado em setembro de 2018 – propõe estratégias para implementar mudanças estruturantes no ensino brasileiro em sete pilares: governança, financiamento, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), professor, Primeira Infância, alfabetização e Ensino Médio. Com uma visão de médio e longo prazo, esse plano traz também recomendações de medidas a serem implementadas já na gestão 2019-2022. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2018, p. 4).

No documento intitulado “EDUCAÇÃO JÁ: Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022”, o movimento Todos pela Educação formula o seguinte enunciado para se referir aos limites dos programas de formação docente: “diversas pesquisas já retratam que em grande medida eles não estão voltados para a qualificação do professor tendo em vista os desafios da prática em sala de aula, dando muita ênfase a por que ensinar e pouca importância a o que e como ensinar” (EDUCAÇÃO JÁ, 2018, p. 41). Nesse mesmo documento, a entidade organiza uma série de propostas destinadas à formação docente, colocando em destaque os seguintes objetivos:

- atrair concluintes do ensino médio com bom desempenho escolar para cursos de nível superior em Pedagogia ou licenciaturas de áreas específicas;
- ofertar sólida formação inicial de nível superior para o início da docência, articulando a teoria com os desafios da prática de ensino;

- adotar processos mais estruturados e exigentes de seleção para a carreira docente no setor público;
- assegurar estágios probatórios rigorosos com acompanhamento dos professores ingressantes por professores experientes (tutores) e avaliações criteriosas;
- garantir condições de trabalho adequadas, o que envolve contratos e remuneração compatíveis com a profissionalização docente, apoio com infraestrutura e com recursos pedagógicos e tempo apropriado para atividades extraclasse (principalmente para o desenvolvimento profissional e pessoal);
- estruturar desenhos de carreiras atraentes, envolvendo maior remuneração e progressão que incentivem o desenvolvimento em prol da aprendizagem dos alunos;
- promover um sistema de avaliação que ofereça elementos para o aprimoramento da prática pedagógica dos professores; e
- oferecer uma forte estrutura de desenvolvimento profissional e pessoal contínuo, tendo como princípio a importância do trabalho colaborativo entre pares realizado em ambiente escolar. (EDUCAÇÃO JÁ, 2018, p. 40)

A preocupação com a formação docente está discursivamente amparada pelos dados obtidos pelo movimento que sinalizam que “grande parte dos que efetivamente optam por ingressar nos cursos de Pedagogia ou licenciatura estão entre os estudantes com menor desempenho no ensino médio” (EDUCAÇÃO JÁ, 2018, p. 40), e, para que a carreira docente seja almejada pelos jovens egressos do ensino médio, ela necessita de um plano de carreira que ofereça progressão salarial para quem consegue atingir metas de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a aplicação de testes para os estudantes da educação básica será não mais apenas um instrumento de avaliação do sistema de educação como é hoje, será um instrumento de avaliação individual de cada professor. Como assinalam Evangelista e Leher (2012, p. 12)

Os resultados desses exames também são cinicamente utilizados para convencer a população de que a educação pública é de má qualidade exatamente porque os professores não se responsabilizam pelos resultados de seu trabalho e, ainda, em decorrência do fato de que a escola pública, como todos os níveis do Estado, padece do mal crônico da gestão incompetente, uma das raízes axiais que determinariam os baixos índices de avaliação das escolas públicas. O neogerencialismo que invadiu o Estado e a escola abre caminho para a intervenção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, supostamente portadores da varinha de condão cujo toque conduzirá a educação à “boa qualidade”, afinal, os empresários sabem buscar resultados! (EVANGELISTA, LEHER, 2012, p. 12)

Na perspectiva adotada pelo movimento *Todos Pela Educação*, o Estado deve prover os recursos públicos para implementar um projeto que atenda as necessidades da iniciativa privada e inserir o sistema educacional dentro da lógica do mercado. Sobre essa questão, é importante retomar as observações de Ravitch (2018, p. 26) para quem: “o apelo do mercado é a ideia de que a libertação das mãos do governo é a solução por si só. Essa ideia é muito

tentadora, especialmente quando tantas reformas escolares aparentemente bem planejadas falharam em atender as expectativas”. Nesse sentido, com o sistema educacional seguindo a lógica do mercado, a atuação docente passa a ser avaliada pelo critério da produtividade que é aferida sistematicamente a partir do desempenho dos alunos.

## **O DISCURSO DO MOVIMENTO *ESCOLA SEM PARTIDO***

O movimento político denominado “Escola sem Partido” foi fundado em 2004, e impulsionado pelo advogado Miguel Nagib, Procurador do Estado de São Paulo. O movimento adquire maior relevância quando, em 2014, é transformado em projeto de lei, quando por iniciativa do deputado estadual do Partido Social Cristão (PSC) do Rio de Janeiro, passa a ser denominado de “Programa Escola sem Partido”. Posteriormente, o projeto passa a ser difundido pelo país também nos âmbitos da legislação estadual e municipal.

O centro do discurso retórico desse movimento está na afirmação de que existe um abuso na liberdade do ato educativo e de que se pode observar a presença de elementos político-ideológicos nas escolas brasileiras em todos os níveis, concebendo, assim, os professores como militantes que fazem uso de uma visão crítica da sociedade com o objetivo de doutrinar seus educandos. Para o movimento, fica claro sua concepção do professor não como educador, mas como ocupante da função de reprodução de conteúdos.

Tais elementos discursivos podem ser observados no próprio texto de apresentação o movimento Escola Sem Partido, publicado em sua página da Internet e assinado por Miguel Nagib (s/d)

O Escola Sem Partido se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, o uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

O que se objetiva nesse texto de apresentação é dissociar a escola da política e, com isso, caracterizar como “contaminação político-ideológico” um conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo da história. No entanto, como salienta Saviani (2018), a educação é sempre um ato político, dada a subordinação real da educação à política, pois,



Uma vez que a relação política se trava fundamentalmente entre antagônicos, nas sociedades de classes ela se constitui na prática social fundamental. Nessas condições, obviamente a dependência da educação em relação à política é maior do que a da política em relação à educação. Daí a subordinação da educação diante da política (SAVIANI, 2018, p. 53)

Com base nesse entendimento acerca da escola dissociada da política e das críticas dirigidas aos assim chamados professores militantes, o movimento *Escola Sem Partido* procura articular todo o seu discurso no sentido de mobilizar a sociedade contra esses professores. Essa mobilização desperta um sentimento coletivo que coloca as professoras e professores como inimigos do ideal de família, como uma categoria profissional que precisa ser vigiada, avaliada, denunciada e punida pela comunidade escolar. Faz-se necessário, portanto, combater no universo escolar as pedagogias de matriz crítica por seu caráter eminentemente doutrinador. Com isso, sugere-se, ainda que muitas vezes de maneira velada, que apenas as pedagogias de natureza conservadora, tecnicista e/ou neoliberal podem assumir um sentido propriamente não ideológico ou neutro do ponto de vista político. É nos discursos que permeiam e constituem esses argumentos que sustentam essa visão de mundo, que podemos observar as pautas e objetivos - nem sempre postos em evidência - que emergem no cenário educacional.

Diferentemente das ambições pretensamente não ideológicas das propostas educacionais do movimento *Escola Sem Partido*, Frigotto (2018, p. 18) identifica no Projeto de Lei Escola Sem Partido:

Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transgêneros.

No entanto, para os membros do movimento *Escola Sem Partido*, há nas escolas da rede pública doutrinação ideológica, que se materializa, por exemplo, por meio de atividades influenciadas pelos estudos de gênero que se propõem a tratar as relações entre gêneros de forma reflexiva a partir de questões cotidianas que envolvem o universo de crianças e adolescentes e que se constituem para este movimento como uma afronta aos valores morais dessa sociedade, como relata Andrea Dip (2018, p. 101):

Em 2014, durante a tramitação do PNE [Plano Nacional de Educação] no Congresso Nacional, parlamentares evangélicos se uniram em uma missão que se tornaria uma de suas maiores bandeiras nos próximos anos: a exclusão dos debates sobre gênero nas escolas de todo o país. Na época, era possível encontrar militantes pró-vida gritando “Não ao gênero!” diante das assembleias legislativas e não era incomum ouvir pastores televisivos, como Silvio Malafaia, e parlamentares, como o Pastor Marco Feliciano, Jair Bolsonaro e o senador Magno Malta (PR-ES), bradando contra o que chamaram de “ideologia de gênero” - algo que traria a destruição da família e a doutrinação de crianças em uma teoria da conspiração de fazer inveja a muita *fanfic*. A CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil] na época também divulgou nota afirmando que a “ideologia de gênero” “desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher”.

Essa reação discursiva que a bancada evangélica expressa por meio do movimento *Escola Sem Partido*, é uma resposta ao avanço da pauta feminista no cronotopo brasileiro a partir de uma perspectiva liberal que está ganhando visibilidade na mídia, no cenário artístico e na publicidade de grandes marcas. Para alguns setores da sociedade, o feminismo é negócio, oportunidade de chegar a novos nichos de consumo, enquanto que para outros, como os defensores da moral e bons costumes, o feminismo coloca em risco a sua hegemonia que está enraizada em valores patriarcais.

## **O ENTRECruzAMENTO DAS VOZES**

Quando nos colocamos a escuta dessas duas vozes, observamos que, ainda que a forma com que esses movimentos se organizam e se movem seja bastante distinta, há sintonia em o que é dito por um movimento e o que é silenciado pelo outro e, para além disso, há princípios (centros de valores) que discursivamente aparecem de forma diferente, mas se pensados efetivados cumprem objetivos idênticos.

No artigo intitulado “Não há solução mágica para a educação”, escrito por Priscila Cruz (2018), presidente-executiva do *Todos Pela Educação*, publicado pelo site do movimento 12 dias após a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial, aparece logo abaixo do título o seguinte enunciado: “promover o Escola sem Partido ou a pouco eficiente escola militar não resolve a questão” e os argumentos são referendados a partir de dados sobre as dificuldades que enfrenta a educação básica.

No decorrer do texto, essa crítica ao movimento *Escola Sem Partido* é retomada na passagem “devemo-nos livrar das ideologias e das soluções mágicas. Não é promovendo a pauta ideológica do Escola sem Partido ou a pouco eficiente escola militar que vamos resolver

o problema da Educação no Brasil.” Aqui, o movimento *Todos Pela Educação* coloca-se como movimento não-ideológico, tal qual faz o movimento *Escola Sem Partido*.

A concepção de que o ideológico é sempre o outro, é uma concepção ideológica forjada no seio dessa sociedade polarizada, onde os representantes das classes dominantes procuram ocultar as lutas de classes através de um discurso hegemônico que se traveste de neutralidade. Como observa Bakhtin (2014, p. 33-35), “a ideologia é um fato de consciência” que emerge na interação entre uma consciência individual e outra, onde a consciência é criada a partir do conjunto de relações sociais, por isso é sociológica.

Esse discurso travestido de neutralidade aparece na conceituação dada à própria ideia de doutrinação, como consta em um dos textos publicados no site do movimento *Escola Sem Partido*, no qual Florence (s/d) sustenta o seguinte:

Pertence ao senso comum a ideia segundo a qual um ensino intelectualmente honesto deve fomentar nos alunos a aptidão para o pensamento independente dos vícios e das ideologias, ao passo que a chamada “doutrinação” consiste na imposição, pelo professor, de uma doutrina na qual ele acredita e para a qual deseja ganhar a adesão dos alunos.

No que se refere ao discurso do movimento *Todos Pela Educação*, Shiroma *et al.* (2011, pp. 244-245) procuram caracterizá-lo como “prescritivo e doutrinador”, tendo em vista que:

... a um só tempo assume uma face política, operando no plano coletivo ao propor um pacto social em prol da educação, mas busca interpelar a todos, no âmbito de suas subjetividades, buscando uma mudança no perfil do cidadão que agora deve ser não apenas proativo, mas também exigente. Construir um pacto interclasses pela educação não chega a ser uma novidade, considerando as várias iniciativas que já vinham sendo gestadas desde 1990. O elemento novo parece residir nos esforços pela aceitação e incorporação da legitimidade dos mecanismos e processos de avaliação educacional e de outros índices que funcionam como mecanismos de regulação na educação. Nova também é a disseminação por parte dos propositores de políticas de estratégias que envolvam os sujeitos como mais eficientes na produção de mudanças, difundindo ações em redes como mais democráticas e participativas e em oposição a relações hierárquicas de tomadas de decisão sobre as políticas. Tal lógica manifesta-se desde a apresentação da proposta, pois não se trata de um documento isolado, mas de um movimento que busca coesão e consenso em torno de ideias que vem sendo disseminadas e reorientam a gestão da educação ao longo das duas últimas décadas.

Se, por um lado, o movimento *Escola Sem Partido* busca efetivar uma política que vigia e pune professores que adotam determinadas perspectivas teóricas, por outro, o

movimento *Todos Pela Educação* busca efetivar uma política que promova aqueles professores que são reconhecidos pelo melhor desempenho de seus alunos em testes de conhecimentos. O que o discurso do movimento *Todos Pela Educação* tenta ocultar é que certas perspectivas teóricas deixarão de ser interessantes para os docentes a partir do momento em que os testes não se referirem a elas.

Na discussão promovida pelo movimento *Escola Sem Partido*, a interlocução da problemática de gênero nas escolas é central, já na plataforma digital do movimento *Todos Pela Educação* quando buscamos a palavra gênero, o único resultado encontrado é o artigo: “Mulheres: Por que o estudo não está virando oportunidade?” escrito por Pricilla Kesley e publicado em 30 de novembro de 2018, que apresenta a seguinte tese central:

As mulheres brasileiras são mais escolarizadas que os homens. Elas têm maiores níveis de alfabetismo, evadem menos da escola e também têm uma melhor taxa de conclusão da trajetória escolar na idade certa. Apesar disso, a disparidade das oportunidades no mercado de trabalho entre os gêneros permanecem.

A preocupação central sinalizada nesse artigo em nada confronta com os valores patriarcais e a idealização de modelo de família que o movimento *Escola Sem Partido* defende.

Nesse sentido, o movimento *Todos Pela Educação* pode ser entendido como um movimento que deseja formar intelectuais organicamente comprometidos com a classe empresarial e que disputa as políticas educacionais por compreender que a educação exerce papel fundamental para os objetivos do capital, assim o que interessa a esse movimento é um currículo escolar que reproduza os valores das classes dominantes. Para isso, é construído um discurso hegemônico de coesão tal qual é visto também nos discursos do movimento *Escola Sem Partido*, afinal ninguém defende abertamente a existência de uma escola que seja controlada por um partido político.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando as categorias que tipificam os movimentos aqui estudados em movimentos conservador e reacionário, é de imediata a compreensão que há distinções importantes entre o movimento *Todos Pela Educação* e o movimento *Escola Sem Partido* e que um movimento

reacionário representa perigos maiores e mais perceptíveis discursivamente para a consolidação de um projeto de sociedade pautado pelos princípios democráticos, de pluralidade, de diversidade, etc. Por outro lado, os interesses que discursivamente o movimento *Todos Pela Educação* procura ocultar criam armadilhas por ser um discurso construído de forma monológica em que o sujeito é “todos” e nós”. Como evidência Paulo Freire (2013, p. 97):

Do ponto de vista dos interesses dos dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra.

A compreensão de que a educação dominante é progressista a sua maneira está estritamente ligada às disputas entre diferentes grupos e classes sociais sobre a função que a educação deve exercer numa dada formação social e numa determinada conjuntura histórica, como direito social, prestadora de serviços, formadora de mão de obra e/ou de cidadãos críticos etc., também observando o seu impacto no plano das relações internacionais, podendo levar o país a uma posição de maior ou menor protagonismo nesta arena. Com isso, queremos dizer que o lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho condiciona o papel que a educação ocupa em termos de formação e de produção científica.

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito aos limites da concepção democrática de participação da sociedade civil nas políticas educacionais, tendo em vista que agentes que possuem ligação direta com o grande capital possuem um poder muito grande em relação a qualquer governo e interpelam as políticas no sentido de adquirir ainda mais poder.

Esta pesquisa se preocupou em estabelecer a relação entre esses dois movimentos, observando quais são os signos ideológicos que permeiam cada discurso, buscando, no entrecruzamento de vozes e alternância entre esses movimentos que falam, a potência signífica que nos dá elementos para que possamos compreender as disputas na esfera educacional no cronotopo contemporâneo. Esse período histórico muito provavelmente será lembrado também através dos signos ideológicos dos quais nos preocupamos nessa pesquisa.



## **THE DISCOURSES OF MOVEMENTS SCHOOL WITHOUT PARTY AND ALL FOR EDUCATION: THE IDEOLOGICAL SIGN IN CONTEMPORARY EDUCATIONAL DISPUTES**

### **Abstract:**

This article proposes to seek understandings about the educational disputes in the contemporary chronotope, from the Bakhtinian perspective. In order to do so, the empirical data are the discourses of two movements: the *All for Education* movement and the *School Without Party* movement, considering the following points: 1) the chronotope that gave rise to these movements and the historical route; 2) the ideological signs that emerge and constitute the discourses of each movement; 3) the intertwining of these discourses, always looking for the symbolic understandings that reflect and refract the ideology of daily life. For purposes of analysis, we use texts and documents published on the websites of the two movements. We have given special attention to the discourses in which the fundamental principles sustained by both movements become more present. The conclusion we reached is that although they seek to articulate a supposedly neutral discourse on education, it is possible to distinguish the *All for Education* movement and the *School Without Party* movement as respectively conservative and reactionary movements.

**Keywords:** SCHOOL WITHOUT PARTY, ALL FOR EDUCATION, DISCOURSE, EDUCATION

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. - 16 ed. - São Paulo: Hucitec, 2014.

\_\_\_\_\_. **Questões da literatura e da estética** - a teoria do romance. São Paulo: Unesp, 1998.

DAGNINO, E. . Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa.. *Política & Sociedade* , Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?**: a bancada evangélica e o seu projeto de poder. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ENGUIITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A., SILVA, Tadeu Tomaz (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação** (11a. ed.). Petrópolis: Vozes, 2002.

ESCOLA SEM PARTIDO. 2018. Disponível em: <<https://www.programaescolasesempartido.org/projeto>> Acesso em: 18 de out. de 2018.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho necessário**, v. 10, p. 1-12, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. - 47ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

\_\_\_\_\_. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2011, vol.16, n.46, pp.235-254. ISSN 1413-2478.

\_\_\_\_\_. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado o ensino médio e técnico. Brasília: INEP, 2006.



MACHADO, Eliel. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. **Crítica Marxista**, n.46, p.83-101, 2018.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento “Todos pela Educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira. Campinas: Dissertação de mestrado em Educação (Unicamp), 2013.

NEVES, Lúcia M. W. As Reformas da Educação Escolar Brasileira e a Formação de um Intelectual Urbano de novo tipo. **Texto apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPED**, novembro de 2004.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma escola sem partido. In: **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. (2a. ed.). São Paulo: Contexto, 2016.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. (2a. ed.). São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1984.

\_\_\_\_\_. O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007

\_\_\_\_\_. O projeto “Escola sem Partido” na luta de classes da atual conjuntura política brasileira. In: COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti *et al.* (Orgs.). **História e historiografia da educação**: debates e contribuições. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SHIROMA, E. O. ; CAMPOS, R. F. ; GARCIA, R. M. C. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011, v. 1, p. 222-247.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. **Coalizões em Educação no Brasil**: A pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública. São Paulo: Dissertação de mestrado em Administração Pública e Governo (FGV- EAESP), 2008.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **A construção da Enunciação e Outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

SITES:

CRUZ, Priscila. Não há solução mágica para a educação. **TODOS PELA EDUCAÇÃO** 09 NOV, 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/nao-ha-solucao-magica-para-a-educacao>

FLORECE Fabio. Ensinar X Doutrinar. **Escola Sem Partido**, (s/d), disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/614-ensinar-x-doutrinar>).

KESLEY, Pricilla. Mulheres: Por que o estudo não está virando oportunidade. **Todos Pela Educação**, 30 NOV, 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/mulheres-por-que-o-estudo-nao-esta-virando-oportunidade>

NAGIB, Miguel. Quem somos. **Escola Sem Partido** (s/d), disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>

TODOS PELA EDUCAÇÃO, RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018, disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/230.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/230.pdf)

TODOS PELA EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO JÁ: Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022, 2018 disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/170.pdf?fbclid=IwAR3Dag2jeTZ1aZ60wuSKtwFrv5OJUkIBVYLFWFW1PnWPjGTUO9UrUH78A3U](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/170.pdf?fbclid=IwAR3Dag2jeTZ1aZ60wuSKtwFrv5OJUkIBVYLFWFW1PnWPjGTUO9UrUH78A3U)